

Índios: fim das seitas pode gerar conflito

A determinação do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, para que a Funai (Fundação Nacional do Índio) retire todas as seitas instaladas na reserva indígena caiua, em Dourados (239 km) ao sul de Campo Grande, poderá gerar conflitos e estimular novos suicídios. A advertência foi feita ontem pelo administrador da Funai na região, Hélio de Paula, que considera a situação dos caiua «muito delicada». A tribo tem tendência para o suicídio, por ingestão de veneno ou enforcamento, e nos últimos dois anos mais de 70 adolescentes morreram por motivos ainda não totalmente esclarecidos.

Ao invés de expulsar os pastores pentecostais, de Paula sugere ao governo estimular a religião tradicional dos caiua como forma de inibir a influência das quatro seitas instaladas na reserva — Deus é Amor, Quadrangular, Casa da Benção e Betel. «Retirar esse pessoal daí é complicado e pode gerar problemas ainda mais graves», disse o administrador da Funai. «A questão religiosa é muito séria dentro da reserva, pois existem índios pastores e uma comunidade praticamente envolvida com essas seitas. O caiua já não vê perspectiva, daí a incidência de suicídio, e a situação pode se complicar».

A Funai já proibiu a construção de novos templos na área — existem cinco, um dos quais da missão evangélica caiua, que tem um hospital dentro da reserva e convive com os índios há

ARQUIVO



Os índios dançam e aguardam a decisão da Funai sobre as seitas

mais de 50 anos. As igrejas pentecostais chegam a faturar Cr\$ 15 milhão por mês de seus 800 fiéis indígenas, através da cobrança de um dízimo. O atual

capitão da aldeia, o cacique guarani Airton de Oliveira, atuou muitos anos como pastor e hoje reconhece que «estamos sendo explorados». Dos sete pastores

que atuam na reserva, cinco são índios. Segundo o cacique Airton, as igrejas cobram um dízimo de Cr\$ 2 mil mensais.

«Não sou contra nenhuma religião, mas o índio não pode ser explorado. Já vivemos como miseráveis», disse o cacique. A reserva indígena de Dourados tem uma área de 3.539 hectares e ali vivem, em miséria quase que absoluta, cerca de oito mil índios caiua, terena e guarani. A superpopulação e a proximidade do centro urbano da cidade, segundo estudiosos, vem contribuindo para o aumento dos casos de suicídios entre os caiua, geralmente adolescentes de 13 a 16 anos. O administrador da Funai Hélio de Paula informou que o ministro Jarbas Passarinho recebe hoje, de um grupo de trabalho da Funai, proposta para redistribuir as três tribos.

O grupo de trabalho, segundo de Paula, fez um levantamento de toda a situação fundiária indígena em Mato Grosso do Sul e propõe transferir os terena para uma outra área. Os terena entraram na reserva como uma forma de estimular os caiua à agricultura mas só contribuíram para superlotá-la. O governo de Mato Grosso do Sul decidiu também interferir no caso e iniciará, no próximo dia 27, um censo nas aldeias indígenas do Estado, com a colaboração do Exército e da Universidade Federal (UFMS). Será feito um levantamento das áreas em litígio para acelerar o processo de demarcação das terras.

Cimi apóia retirada de todos religiosos

Algumas entidades ligadas à questão indigenista em Campo Grande se manifestaram em relação à proposta do ministro Jarbas Passarinho, de retirar as seitas religiosas instaladas na aldeia caiua em Dourados. O Conselho Indigenista Missionário — Cimi, acredita que esta proposta pode ser bem vinda perante as comunidades indígenas, pois a proliferação em grande número das igrejas, de várias ideologias está trazendo os piores efeitos na cultura dos guaranis, gerando constantes desequilíbrios psicológicos entre o povo.

Segundo Olívio Mangolim, coordenador do Cimi, a entrada de certas comunidades religiosas nas aldeias é proibida por lei constitucional, prevista no Artigo 231, Inciso 1º da Constituição Federação de 1988. Entretanto, não há nenhum trabalho de fiscalização nas aldeias e o órgão que tem como obrigação fiscalizar e controlar esta incidência, que é a Funai, está desconhecendo o fato. «A União tem que dar um jeito na situação, independente de que tipo de igreja, ela deve ser convidada a se retirar», diz Olívio, preocupado com a questão.

DIREITOS
Entre os direitos constitu-

cionais dos índios, está previsto que «aos índios foram reconhecidos seus costumes, línguas, crenças e tradições, bens a que compete a União Federal proteger e fazer respeitar. A reprodução cultural das sociedades indígenas deve ser considerada na identificação das terras por elas ocupadas». Porém, segundo Olívio, não há este respeito por parte das autoridades e os guaranis possuem suas próprias crenças, sua própria religião e sua própria forma de adoração a Deus, que «não pode ser infringida», afirma Olívio.

Uma das sugestões para o problema dos suicídios, levando-se em consideração o relatório de sociólogos e antropólogos dizendo que as religiões estão prejudicando a vida dos índios e provocando-os as mortes, é de acordo com o Cimi, ser feito um trabalho mais intenso de fiscalização nas aldeias e controlando a entrada de qualquer entidade social no local. Esta fiscalização, de acordo com o Estatuto do Índio, deveria ser feita pela Funai, que o Cimi acredita não estar desempenhando a sua função devidamente. «Nossas tribos não podem ser deixadas de lado, temos que garantir o seu futuro», diz Mangolim.